

**ATOS DO GABINETE DA DEFENSORA PÚBLICA – CHEFE DA DEFENSORIA PÚBLICA
DA UNIÃO EM SANTOS E SÃO VICENTE/SP**

EDITAL - DPU SANTOS/GDPC SANTOS - Nº 01, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2020.

20º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA CONTRATAÇÃO E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE ESTAGIÁRIAS/OS DE NÍVEL SUPERIOR, DA ÁREA DE DIREITO, DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SANTOS E SÃO VICENTE – SELEÇÃO SIMPLIFICADA

A DEFENSORA PÚBLICA-CHEFE da Defensoria Pública da União em Santos e São Vicente/SP, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, em observância à Portaria DPGU nº 438, de 25 de julho de 2012, assim como em atenção ao disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e na Orientação Normativa nº 02, de 24 de julho de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, resolve:

Declarar aberto o 20º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DE ESTAGIÁRIAS/OS DE NÍVEL SUPERIOR, DA ÁREA DE DIREITO, DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SANTOS E SÃO VICENTE – SELEÇÃO SIMPLIFICADA.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Edital disciplina o processo de seleção de estudantes de Direito interessadas/os na realização de estágio remunerado, oferecido pela Defensoria Pública da União em Santos e São Vicente/SP.

1.2. O presente processo seletivo é destinado à Contratação, com preenchimento de **6 (seis) vagas imediatas**, e formação de **cadastro de reserva**, para preenchimento das vagas de estágio que vierem a surgir, **no turno da manhã e da tarde**, durante o seu prazo de validade.

1.3. As vagas em aberto e as que surjam na Defensoria Pública da União Santos e São Vicente/SP, após a homologação do resultado final deste certame, e que venham a ensejar suprimento serão para estágio presencial, a ser vivenciado na sede da Defensoria Pública da União em Santos e São Vicente/SP, localizada na Rua Brás Cubas, 45 – Centro, CEP: 11.013-161- Santos/SP.

1.4. Em razão da pandemia da Covid-19, ficará a critério da Defensoria Pública da União, observando as recomendações sanitárias das autoridades federais, estaduais e municipais para a contenção do surto do novo Coronavírus (SARS-CoV-2), autorizar e regulamentar o trabalho semipresencial ou remoto, quando for o caso.

1.5. Fica assegurado às pessoas com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas que surgirem no prazo de validade da seleção.

1.6. Fica assegurado o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas às/aos candidatas/os negras/os, nos termos do Decreto 9.427, de 28 de junho 2018.

1.7. A/O candidata/o com deficiência ou que se declare negra/o (pretas/os ou pardas/os) deverá optar por concorrer por uma das cotas, de acordo com os itens **1.5** e **1.6**.

1.8. As/Os estudantes habilitados entre os que participarem na condição de cotista terão seus nomes publicados em listas à parte, observada a seleção para a qual concorreram, conforme a seguir especificado:

1.8.1. Estudantes com deficiência;

1.8.2. Estudantes negras/os (pretas/os ou pardas/os).

1.9 As publicações referentes a este processo seletivo, como editais, resultados, informes e retificações, serão publicadas oficialmente no site do CIEE (www.ciee.org.br) e da DPU (www.dpu.def.br), sendo responsabilidade da/o candidata/o acompanhar essas publicações.

2. DAS INSCRIÇÕES E DAS CONTRATAÇÕES

2.1. A inscrição para o processo seletivo será efetuada exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail estagio.2021.santos@dpu.def.br, no período de **14/12/2020 a 12/01/2021** (até às 23h59) - ver o calendário de atividades no ANEXO I.

2.1.1. Serão consideradas válidas apenas as inscrições enviadas dentro do prazo acima estipulado para o e-mail estagio.2021.santos@dpu.def.br contendo a seguinte documentação anexada **em formato PDF**:

I – Cópia de documento de Identidade em que conste RG e CPF;

II – Declaração ou comprovante de matrícula da instituição em que cursa a Graduação em Direito, indicando o período atual;

III – Ficha de Inscrição preenchida, indicando o turno pretendido, manhã ou tarde (ver modelo no ANEXO II);

IV – Currículo atualizado;

V – Cópia simples do Histórico Escolar da Graduação em que conste o Coeficiente de Rendimento (média global) atualizado;

VI – Redação elaborada em conformidade com os itens 2.1.2, 2.1.3 e 2.1.4 deste edital;

VII – Laudo médico, apenas para as/os estudantes que optarem por concorrer na cota para pessoas com deficiência, nos termos do item 3 deste edital;

VIII – Autodeclaração, apenas para as/os estudantes que optarem por concorrer na cota para negras/os (pretas/os ou pardas/os), nos termos do item 4 deste edital (ver modelo no ANEXO III).

2.1.2. A Redação exigida no ato da inscrição compreende um texto dissertativo-argumentativo que deve ser apresentado no formato PDF, sem qualquer identificação nominal, **apenas com a indicação do CPF em sua parte superior**, deve conter até 1.000 (mil) palavras, em fonte Times New Roman, tamanho 12 (doze), e deve obrigatoriamente responder ao questionamento **“Por que você deseja estagiar da Defensoria Pública da União e como você acredita que esse estágio contribuirá para seus objetivos profissionais?”**

2.1.3. A/O candidata/o não deve escrever seu nome, nem desenhar, nem, de nenhum modo, inserir qualquer informação de identificação em sua Redação, além do seu número de CPF, conforme item 2.1.2, sob pena de desclassificação.

2.1.4. Redações que contenham mensagens de cunho ofensivo ou com discurso de ódio, bem como as que fujam ao tema apresentado no item 2.1.2, contenham plágio ou não sejam da autoria da/o candidata/o implicarão desclassificação do certame.

2.2. Nos termos da Resolução nº 108/2015/CSDPU, é garantido às pessoas travestis e transexuais o direito de utilização do nome social no momento da inscrição, o qual constará em todas as publicações referentes a esta seleção de estágio.

2.3. O pedido de inscrição implicará aceitação, pela/o candidata/o, de todas as normas e condições do Edital.

2.4. As inscrições enviadas fora do prazo estabelecido no item 2.1 ou por outros meios que não pelo e-mail estagio.2021.santos@dpu.def.br serão indeferidas, bem como o serão aquelas com a documentação exigida no item 2.1.1 incompleta.

2.5. Serão indeferidos os pedidos de inscrição subscritos por candidatas/os que tenham sido, anteriormente, excluídas/os do estágio na Defensoria Pública da União de modo compulsório, com exceção das/os que tiverem sido vinculadas/os à instituição por meio de contrato temporário emergencial relacionado à pandemia de Covid-19.

2.6. As/Os estudantes que se encontrarem atualmente vinculadas/os à Defensoria Pública da União por meio de contrato temporário emergencial relacionado à pandemia de Covid-19 podem se inscrever livremente neste processo seletivo, desde que observados todos os requisitos deste Edital.

2.7. Inscrições para processos seletivos anteriores não serão consideradas neste certame, devendo toda/o e qualquer estudante que deseje dele participar enviar sua inscrição em conformidade com este Edital.

2.8. São requisitos para a contratação:

a) estar matriculada/o em instituição de ensino superior oficialmente reconhecida, entre o **5º (quinto) período, ou equivalente**, e o **9º (nono) período, ou equivalente**, na data da assinatura do Termo de Compromisso de Estágio;

b) ser habilitada/o no processo seletivo de que trata o presente edital;

c) existirem vagas, que serão preenchidas de acordo com a classificação obtida e com o turno escolhido pela/o candidata/o;

d) assinar Termo de Compromisso de Estágio;

e) concordar expressamente com a carga horária e o horário de estágio;

f) demonstrar aptidão física para a realização do estágio, mediante apresentação de atestado de saúde ocupacional;

g) estar em dia com as obrigações eleitorais e com as concernentes ao serviço militar;

h) não haver completado o tempo máximo de estágio permitido na Defensoria Pública da União, qual seja, 24 (vinte e quatro) meses.

2.9. A/O candidata/o que não preencher os requisitos para a contratação será automaticamente excluída/o do processo seletivo, convocando-se a/o classificada/o seguinte.

3. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Será reservado 10% (dez por cento) do total das vagas para candidatas/os com deficiência, de acordo com o disposto no inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal (CF) e no art. 17, § 5º, da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

3.2 Para concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, a/o candidata/o deverá enviar para o e-mail estagio.2021.santos@dpu.def.br, no ato da inscrição, cópia de laudo médico emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças-CID, bem como a provável causa da deficiência, desde que a deficiência seja compatível com as condições de trabalho exigidas pelo órgão e com as atribuições da função.

3.3. As/Os candidatas/os habilitadas/os no processo seletivo que se declararem deficientes terão seus nomes publicados em lista à parte e figurarão, também, na lista de classificação geral.

3.3. Se não houver habilitação de candidatas/os entre as pessoas com deficiência, as vagas serão preenchidas pelas/os demais candidatas/os, observada a ordem geral de classificação.

3.4. Não serão considerados como deficiência visual os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção, como, por exemplo, miopia, astigmatismo etc.

4. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS/AOS CANDIDATAS/OS NEGRAS/OS

4.1. Das vagas que surgirem durante o prazo de validade do concurso, 30% (trinta por cento) serão providas por candidatas/os negras/os, na forma do Decreto 9.427, de 28 de junho de 2018.

4.1.1. Para concorrer às vagas reservadas a negras/os, a/o candidata/o deverá enviar para o e-mail estagio.2021.santos@dpu.def.br, no ato da inscrição, o formulário de autodeclaração constante no Anexo III deste edital, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), devidamente preenchido; e caso o referido formulário não seja enviado conforme descrito acima, a/o candidata/o passará automaticamente à ampla concorrência.

4.1.2. A autodeclaração terá validade somente para esta seleção.

4.1.3. As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade da/o candidata/o, devendo esta/e responder por qualquer falsidade.

4.1.3.1. Na hipótese de constatação de declaração falsa, a/o candidata/o será eliminada/o do concurso.

4.1.4. As/Os candidatas/os negras/os habilitadas/os dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não preencherão as vagas reservadas a candidatas/os negras/os.

4.1.5. Em caso de desistência de candidata/o negra/o habilitada/o em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidata/o negra/o posteriormente classificada/o.

4.1.6. Na hipótese de não haver candidatas/os negras/os habilitadas/os em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelas/os demais candidatas/os habilitadas/os, observada a ordem de classificação geral por turno.

4.2. As/os candidatas/os que se autodeclararem pretas/os ou pardas/os poderão ser convocadas/os para verificação da veracidade de sua declaração, nos termos do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 12.990/2014.

5. DO ARGUMENTO DE CLASSIFICAÇÃO

5.1. Esta seleção simplificada ocorrerá em duas etapas: I) Etapa I - Análise de currículo (classificatória); II) Etapa II – Redação (eliminatória e classificatória).

5.2 A análise de currículo resultará em uma nota de 0 a 10 (zero a dez) para cada candidata/o, a partir dos seguintes critérios objetivos e suas respectivas pontuações:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Estágio ou trabalho (incluindo estágio e trabalho voluntários) na Defensoria Pública da União ou em Defensoria Pública Estadual	1,0 (um) ponto por trimestre estagiado ou trabalhado	3,0 pontos
Estágio ou trabalho (incluindo estágio e trabalho voluntários), na área jurídica , em órgãos públicos, ONGs, Escritórios de Advocacia, Empresa Pública ou Privada	0,75 (setenta e cinco centésimos) por trimestre estagiado ou trabalhado	3,0 pontos
Estágio ou trabalho, em área não jurídica , em instituição pública, privada ou ONG (incluindo estágio e trabalho voluntários) com atuação em Direitos Humanos	0,5 (meio) ponto por trimestre estagiado ou trabalhado	1,0 pontos

Estágio ou trabalho (incluindo estágio e trabalho voluntários), em área não jurídica , em órgãos públicos	0,25 (vinte e cinco e centésimos) por trimestre estagiado ou trabalhado	1,0 ponto
Outras experiências estudantis, profissionais ou premiações relevantes à atuação da DPU	0,25 (vinte e cinco e centésimos) por experiência	1,0 ponto
Coefficiente de rendimento (média global atualizada na Graduação em Direito) - CR	pontuação = CR x 0,1 (um décimo)	1,0 ponto

5.3 Só serão corrigidas as redações das/os 100 (cem) candidatas/os mais bem classificadas/os na Etapa I (Análise do currículo), garantindo-se a correção das redações das/os candidatas/os empatadas/os.

5.4. A correção da redação resultará em uma nota de 0 a 10 (zero a dez) para cada candidata/o, a partir dos seguintes critérios objetivos e suas respectivas pontuações:

CRITÉRIO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
Domínio da norma culta da Língua Portuguesa (concordância, regência, ortografia, pontuação e propriedade vocabular)	2,5 pontos
Capacidade argumentativa e desenvolvimento de ideias (análises, reflexões, pertinência dos argumentos, percursos e recursos discursivos)	2,5 pontos
Coesão e coerência (relações morfossintáticas entre ideias, frases, orações, períodos e parágrafos)	2,5 pontos
Adequação da motivação pessoal à visão institucional da Defensoria Pública da União, qual seja, “consolidar-se como instituição eficiente na defesa dos direitos dos necessitados, onde quer que se encontrem, firmando-se como instrumento efetivo de transformação social, priorizando a atuação extrajudicial”.	2,5 pontos

5.5 O argumento de classificação da Etapa I será equivalente à pontuação obtida na Análise do Currículo; enquanto o argumento de classificação final no certame será equivalente à soma das pontuações obtidas na Etapa I (Análise de Currículo) e na Etapa II (Redação).

6. DOS RECURSOS

6.1. Os recursos contra o Resultado da Etapa I deverão ser interpostos **a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação do Resultado Provisório da Etapa I e até dois dias úteis após tal data.**

6.2. Os recursos contra o Resultado Provisório da Etapa II, após a correção das redações, poderão ser interpostos **a partir do primeiro dia útil subsequente à publicação do Resultado Provisório da Etapa II e até dois dias úteis após tal data.**

6.3. Para interpor recursos, as/os candidatas/os deverão enviar, dentro do prazo acima estipulado, exclusivamente por via eletrônica, para o e-mail estagio.2021.santos@dpu.def.br, arquivo em formato PDF com texto de até 500 (quinhentas) palavras, sem qualquer identificação nominal, apenas com a indicação do CPF em sua parte superior.

6.4 A/o candidata/o deverá ser clara/o, consistente e objetiva/o em seu pleito; recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

6.5. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recursos de recursos, em qualquer das etapas do certame.

6.6. Recursos cujo teor desrespeite a banca examinadora, com mensagens ofensivas ou discurso de ódio serão indeferidos.

7. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DO RESULTADO FINAL

7.1. As/os candidatas/os classificadas/os serão ordenadas/os em ordem decrescente, de acordo com o turno da tarde ou da manhã, considerando-se, para tanto, a soma algébrica das notas das Etapas I e II.

7.2. Para efeito de desempate entre candidatas/os classificadas/os com igual nota final terá preferência, obedecendo-se à ordem abaixo:

a) a/o candidata/o que obtiver maior pontuação na Etapa II (Redação);

b) a/o candidata/o que obtiver maior pontuação na Etapa I (Análise de Currículo);

c) a/o candidata/o mais velha/o.

7.3. Serão consideradas/os habilitadas/os no processo seletivo as/os candidatas/os que obtiverem pontuação igual ou superior a 6,0 (seis) pontos na Redação.

8. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

8.1. O prazo de validade do processo seletivo é de um ano, contado a partir da homologação do Resultado Final, podendo ser prorrogado por até 12 (doze meses), mediante termo de prorrogação editado e publicado pelo/a Defensor/a Público/a-Chefe da DPU em Santos e São Vicente/SP.

9. DA CONVOCAÇÃO PARA O ESTÁGIO

9.1. As/Os candidatas/os habilitadas/os, obedecida rigorosamente a ordem de classificação por turno, serão convocadas/os para preenchimento das vagas existentes e daquelas que surgirem no período de validade do processo seletivo.

9.2. Considera-se desistente a/o candidata/o habilitada/o que, após convocada/o, deixar de comparecer e assinar o Termo de Compromisso de Estágio no prazo estabelecido na data da convocação.

9.3. É de responsabilidade da/o candidata/o manter seu endereço eletrônico e telefones atualizados para viabilizar os contatos. São de exclusiva responsabilidade da/o candidata/o os prejuízos advindos da não atualização de seus dados.

9.4. A/O candidata/o habilitada/o que não puder assinar o Termo de Compromisso de Estágio dentro do prazo estabelecido no item anterior por motivo justificável, mas que manifestar por escrito o interesse em participar do Programa de Estágio da Defensoria Pública da União em Santos e São Vicente/SP, será reposicionada/o no final da lista de classificação.

9.5. O estágio será realizado sob a supervisão das/os Defensoras/es Públicas/os Federais em exercício na Defensoria Pública da União em Santos e São Vicente/SP, de acordo com distribuição a ser determinada pelo/a Defensor/a Público/a-Chefe da DPU em Santos e São Vicente/SP.

9.6 A convocação das/os estudantes habilitadas/os neste edital ocorrerá na data provável de **22/02/2021**.

10. DO RECRUTAMENTO E DA SELEÇÃO

10.1. O provimento de vagas no Programa de Estágio da Defensoria Pública da União em Santos e São Vicente/SP será operacionalizado pelo Setor Administrativo, obedecendo à ordem de classificação das/os habilitadas/os no processo seletivo.

10.2. As/Os candidatas/os ao estágio devem estar vinculadas/os a instituições de ensino superiores oficialmente reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), quando da inscrição para o processo seletivo, bem como na data de assinatura do Termo de Compromisso de Estágio.

11. DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO

11.1. O estágio terá duração mínima de 01 (um) semestre, podendo ser prorrogado, no interesse das partes, até o limite de 02 (dois) anos (duração máxima do estágio).

11.2. O estágio terá carga horária de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas em 04 (quatro) horas diárias, em horário de funcionamento do órgão, sem prejuízo das atividades discentes.

12. DO SEGURO CONTRA ACIDENTES PESSOAIS

12.1. Será contratado, pela unidade intermediadora do estágio, o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), Seguro contra Acidentes Pessoais em favor das/os estagiárias/os.

13. DO PAGAMENTO DA BOLSA-AUXÍLIO

13.1. A/O estudante que ingressar no Programa de Estágio da Defensoria Pública da União em Santos e São Vicente perceberá uma bolsa-auxílio de estágio.

13.2. Atualmente, o valor da bolsa de estágio é de R\$ 800,00 (oitocentos reais) para o estágio de 20 (vinte) horas semanais.

13.3. Nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº 11.788/2008, é assegurado à/ao estagiária/o auxílio-transporte no valor de R\$ 8,00 (oito reais) por dia efetivamente estagiado e o usufruto de recesso remunerado, que preferencialmente coincidirá com o recesso forense, conforme critério de conveniência e oportunidade do/a supervisor/a de estágio.

14. DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO

14.1. Ao final do estágio será conferido certificado com menção ao período estagiado e à carga horária cumprida, a ser fornecido pela DPGU.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos serão solucionados pela Defensora Pública-Chefe da Defensoria Pública da União em Santos e São Vicente/SP.

MARINA MIGNOT ROCHA

Defensora Pública-Chefe da

Defensoria Pública da União em Santos e São Vicente/SP



Documento assinado eletronicamente por **Marina Mignot Rocha, Defensor(a) Público(a)-Chefe**, em 06/12/2020, às 20:57, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html informando o código verificador **4121693** e o código CRC **COE0A38C**.

ANEXO I - CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

FASES	DATAS PROVÁVEIS
Publicação do edital	10/12/2020
Período de inscrição	14/12/2020 a 12/01/2021 (até às 23:59 - horário de Brasília)
Divulgação do Resultado Provisório da Etapa I (Análise de currículo)	25/01/2021
Recursos contra do Resultado da Etapa I (Análise de currículo) – exclusivamente por meio eletrônico	26/01/2021 a 28/01/2021 (até às 23:59 - horário de Brasília)
Divulgação do Resultado Provisório da Etapa II (Redação)	04/02/2021
Recursos contra do Resultado da Etapa II (Redação) – exclusivamente por meio eletrônico	05/02/2021 a 09/02/2021 (até às 23:59 - horário de Brasília)
Divulgação e Homologação do Resultado Final Definitivo do processo seletivo	12/02/2020

Observação: As datas poderão sofrer alterações a critério da Defensora Pública-Chefe da Defensoria Pública da União em Santos e São Vicente/SP. Nesses casos, passarão a valer os calendários atualizados que venham a ser publicados oficialmente no site do CIEE (www.ciee.org.br) e da DPU (www.dpu.def.br).



ANEXO II – FICHA DE INSCRIÇÃO

INFORMAÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO
FACULDADE/UNIVERSIDADE:
PERÍODO/SEMESTRE ATUAL NA GRADUAÇÃO:
DESEJA CONCORRER NA CONDIÇÃO DE COTISTA NEGRA/O, SIM OU NÃO?
DESEJA CONCORRER NA CONDIÇÃO DE COTISTA COM DEFICIÊNCIA, SIM OU NÃO?
TURNOS EM QUE PREFERE ESTAGIAR: MANHÃ OU TARDE?
DADOS PESSOAIS
NOME COMPLETO (conforme certidão de nascimento):
NOME SOCIAL (para pessoas travestis e transexuais):
CPF:
RG/ÓRGÃO EMISSOR:
DATA DE NASCIMENTO:
TELEFONES (ATÉ DOIS):
EMAIL (APENAS UM):
ENDEREÇO RESIDENCIAL:



ANEXO III – FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO

Eu, _____, abaixo assinada/o, de nacionalidade _____, nascida/o em ___/___/_____, no município de _____, estado _____, estado civil _____, residente e domiciliada/o à _____ CEP nº _____, portador/a da cédula de identidade nº _____, expedida em ___/___/_____, órgão expedidor _____, declaro, sob as penas da lei, que sou () preta/o () parda/o. Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeita/o às sanções prescritas no Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

Santos, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura da/o Candidata/o

*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal), considera como falsidade ideológica - Art. 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.